



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO - \$90

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recobrem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries	Ano 240\$
A 1.ª série	80\$
A 2.ª série	80\$
A 3.ª série	80\$
Semestre	130\$
	48\$
	45\$
	45\$
Para o estrangeiro e colônias acresce o porte do correio	

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2550 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1926, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 37:511 — Transfere verbas dentro dos orçamentos dos Ministérios das Finanças, do Interior, da Justiça, dos Negócios Estrangeiros, da Educação Nacional e das Comunicações — Abre créditos a favor de vários Ministérios, destinados a reforçar verbas insuficientemente dotadas e a prover à realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado, introduz alterações no referido Orçamento e acrescenta duas observações no orçamento do Ministério da Economia.

Decreto n.º 37:512 — Transfere verbas dentro dos orçamentos dos Ministérios das Finanças, da Marinha, das Obras Públicas, da Educação Nacional e das Comunicações — Abre créditos a favor de diversos Ministérios, destinados a reforçar verbas insuficientemente dotadas e a prover à realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado e introduz alterações no citado orçamento e no orçamento do Ministério da Guerra.

Ministério das Obras Públicas:

Decreto n.º 37:513 — Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de ampliação, adaptação e beneficiação do Comando-Geral da Guarda Fiscal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 37:511

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, no artigo 37.º do Decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 33:538, de 21 de Fevereiro de 1944, na alínea c) do artigo 33.º e nas alíneas c), d) e e) do artigo 35.º do referido Decreto n.º 18:381, no artigo 2.º e seu § único do Decreto-Lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e nos do aludido artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São transferidas as importâncias adiante indicadas dentro dos orçamentos dos seguintes Ministérios:

Ministério das Finanças

Do capítulo 14.º, artigo 265.º, n.º 1) «Gastos confidenciais ou reservados»	4.000\$00
Para o capítulo 14.º, artigo 260.º, n.º 1) «Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza» . . . +	4.000\$00

Do capítulo 19.º, artigo 383.º, n.º 3) «Outros pagamentos por serviços de fiscalização»	300\$00
Para o capítulo 19.º, artigo 384.º, n.º 1) «Rendas de casa»	+ 300\$00

Ministério do Interior

Do capítulo 5.º, artigo 126.º, n.º 1) «Semeantes», alínea a) «Viaturas com motor»	60.000\$00
Para o capítulo 5.º, artigo 127.º, n.º 2) «De semoventes», alínea a) «Veículos com motor» +	60.000\$00

Ministério da Justiça

Do capítulo 3.º, artigo 26.º, n.º 2) «Remunerações por serviços de inspecção»	30.000\$00
Para o capítulo 3.º, artigo 27.º, n.º 1) «Ajudas de custo»	+ 30.000\$00
Do capítulo 5.º, artigo 91.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»	112.790\$50
Para o capítulo 5.º, artigo 92.º, n.º 1) «Pessoal aguardando aposentação»	+ 112.790\$50
Do capítulo 5.º, artigo 114.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»	103.607\$560
Para o capítulo 5.º, artigo 115.º, n.º 1) «Pessoal aguardando aposentação»	+ 103.607\$560

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Do capítulo 3.º, artigo 27.º, n.º 1), alínea c) «Reparações em outros edifícios no estrangeiro»	423.000\$00
Para o capítulo 3.º, artigo 26.º, n.º 1), alínea a) «Compra de propriedades para instalação de missões diplomáticas e outras despesas provenientes destas aquisições»	+ 423.000\$00

Ministério da Educação Nacional

Do capítulo 3.º, artigo 158.º, n.º 2) «Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza»	4.000\$00
Para o capítulo 3.º, artigo 159.º, n.º 1) «Correios e telegrafos»	+ 4.000\$00
Do capítulo 3.º, artigo 274.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»	24.000\$00
Para o capítulo 3.º, artigo 275.º, n.º 2) «Gratificações pela regência de cursos práticos» . . . + 16.000\$00	
Suplemento	+ 8.000\$00 + 24.000\$00
Do capítulo 3.º, artigo 352.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»	135.000\$00
Para o capítulo 3.º, artigo 353.º, n.º 1) «Gratificações pela acumulação do serviço de regências» . . . + 90.000\$00	
Suplemento	+ 45.000\$00 + 135.000\$00
Do capítulo 3.º, artigo 401.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»	56.250\$00
Para o capítulo 3.º, artigo 402.º, n.º 1) «Gratificações pela acumulação do serviço de regências» . . . + 37.500\$00	
Suplemento	+ 18.750\$00 + 56.250\$00
Do capítulo 3.º, artigo 412.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»	33.000\$00
Para o capítulo 3.º, artigo 413.º, n.º 1) «Gratificações pela acumulação do serviço de regências» + 22.000\$00	
Suplemento	+ 11.000\$00 + 33.000\$00

Do capítulo 5.º, artigo 780.º, n.º 2) «Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza — Escola Industrial e Comercial de Évora»	370\$00
Para o capítulo 5.º, artigo 781.º, n.º 2) «Telefones — Escola Industrial e Comercial de Évora» +	370\$00
Do capítulo 5.º, artigo 814.º, n.º 2) «Publicidade e propaganda»	500\$00
Para o capítulo 5.º, artigo 812.º, n.º 2) «Telefones» +	500\$00

Ministério das Comunicações

Do capítulo 2.º, artigo 22.º, n.º 2) «Despesas de deslocação, subsídios de viagem e de marcha»	3.600\$00
Para o capítulo 2.º, artigo 20.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei — 1 presidente (gratificação)» +	3.600\$00
Do capítulo 6.º, artigo 119.º, n.º 2) «Móveis»	250.000\$00
Para o capítulo 6.º, artigo 121.º, n.º 2) «Artigos de expediente e diverso material não especificado...» +	250.000\$00
Do capítulo 13.º, artigo 157.º, n.º 2), alínea a) «Aeroporto de Lisboa — Material e outras despesas» —	2.800.000\$00
Para o capítulo 13.º, artigo 157.º, n.º 2), alínea f) «Aeroporto do Sal (Cabo Verde) — Material e outras despesas» +	2.800.000\$00

Art. 2.º São abertos no Ministério das Finanças, a favor dos Ministérios a seguir designados, créditos especiais, no montante de 5.678.187\$, destinados quer a reforçar verbas insuficientemente dotadas, quer a prover à realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado em vigor :

Ministério das Finanças

Capítulo 8.º — Corporações e previdência social — Conselho Superior de Previdência Social :	
Artigo 125.º, n.º 2) «Para pagamento de senhas de presença»	8.000\$00
Capítulo 11.º — Direcção-Geral da Fazenda Pública :	
Artigo 166.º «Outros encargos», n.º 4) «Para pagamento da importância que o Estado foi compelido a pagar à Sociedade Geral do Comércio, Indústria e Transportes, por sentença com trânsito em julgado»	299.389\$00

Capítulo 19.º — Casa da Moeda:

Artigo 382.º, n.º 1) «Correios e telégrafos»	58.500\$00
	365.789\$00

Ministério da Justiça

Capítulo 3.º — Direcção-Geral dos Serviços de Registo e do Notariado:	
Artigo 27.º, n.º 1 «Ajudas de custo»	10.000\$00
Capítulo 4.º — Conselhos superiores e organismos de inspecção — Conselho Superior dos Serviços Criminais:	
Artigo 47.º, n.º 2) «Subsídios a conceder, nos termos do Decreto-Lei n.º 35.659, de 25 de Maio de 1946, em conta das importâncias de receitas próprias dos estabelecimentos prisionais ...»	1.267.000\$00

Capítulo 5.º — Serviços de justiça — Tribunais de execução das penas:

Artigo 90.º, n.º 1) «Transportes»	3.000\$00
	1.280.000\$00

Ministério da Marinha

Capítulo 4.º — Superintendência dos Serviços da Armada — Corpo de Marinheiros da Armada:	
Artigo 53.º, n.º 1) «Subsídios ou despesas de funerais (Decreto-Lei n.º 30.250)»	6.000\$00

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Capítulo 1.º — Gabinete do Ministro:

Artigo 3.º, n.º 1) «De semoventes, alínea a) «Veículos com motor — Despesa com o automóvel do Ministro»	50.000\$00
---	------------

Capítulo 4.º — Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares — Serviços externos da Direcção-Geral:

Artigo 41.º, n.º 1) «Impressos»	170.000\$00
Artigo 45.º, n.º 1) «Missões extraordinárias de serviço público no estrangeiro e missões de estudo»	400.000\$00

Capítulo 5.º, artigo 46.º «Despesa com o abono de família aos funcionários»	10.000\$00
---	------------

630.000\$00

Ministério das Obras Públicas

Capítulo 8.º — Laboratório de Engenharia Civil:	
Artigo 101.º, n.º 1) «Estudos e projectos e construções de carácter experimental...»	250.000\$00

Ministério da Educação Nacional

Capítulo 3.º — Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes — Faculdade de Ciências da Universidade do Porto:

Artigo 353.º, n.º 1) «Gratificações pela acumulação do serviço de regências»	10.000\$00
Suplemento	5.000\$00

Artigo 353.º, n.º 2) «Gratificações pela regência de cursos práticos»	40.000\$00
Suplemento	20.000\$00

60.000\$00

Capítulo 3.º — Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes — Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto:

Artigo 413.º, n.º 1) «Gratificações pela acumulação do serviço de regências»	500\$00
Suplemento	250\$00

750\$00

Artigo 413.º, n.º 2) «Gratificações pela regência de cursos práticos»	17.000\$00
Suplemento	8.500\$00

25.500\$00

Capítulo 5.º — Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional — Escolas técnicas elementares, industriais, comerciais e industriais-comerciais:

Artigo 781.º, n.º 1) «Correios e telégrafos — Escola Industrial e Comercial Campos Melo, na Covilhã»	100\$00
--	---------

Artigo 781.º, n.º 2) «Telefones — Escola Industrial e Comercial Campos Melo, na Covilhã»	320\$00
--	---------

Artigo 781.º, n.º 2) «Telefones — Escola Industrial e Comercial de Guimarães»	180\$00
---	---------

101.850\$00

Ministério da Economia

Capítulo 3.º — Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas:

Artigo 49.º, n.º 4), alínea b) «Para ocorrer a todas as despesas com o condicionamento do plantio da vinha...» . . .	2.000.000\$00
Artigo 49.º, n.º 4), alínea c) «Para ocorrer a todas as despesas com o fomento do plantio da vinha...»	1.000.000\$00

Capítulo 5.º — Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquicolas:

Artigo 97.º, n.º 1) «Ajudas de custo»	30.000\$00
Artigo 97.º, n.º 2) «Despesas de deslocação, subsídios de viagem e de marcha»	14.548\$00
	<u>3.044.548\$00</u>
	<u>5.678.187\$00</u>

Art. 3.º Como compensação dos créditos designados no artigo anterior efectuam-se as seguintes alterações no Orçamento Geral do Estado em execução, representativas de aumentos de previsão de receitas e de redução em verbas de despesa:

Orçamento das receitas do Estado

Capítulo 7.º, artigo 220.º «Reembolso dos vencimentos e mais remunerações do pessoal da Circunscrição Florestal de Ponta Delgada»	44.548\$00
Capítulo 8.º, artigo 235.º «Serviços prisionais»	1.267.000\$00
Capítulo 8.º, artigo 266.º «Laboratório de Engenharia Civil»	250.000\$00
Capítulo 8.º, artigo 275.º «Condicionamento e fomento do plantio da vinha»	<u>3.000.000\$00</u>
	<u>4.561.548\$00</u>

Ministério das Finanças

Capítulo 1.º, artigo 7.º, n.º 2)	299.289\$00
Capítulo 8.º, artigo 119.º, n.º 1)	8.000\$00
Capítulo 19.º, artigo 380.º, n.º 1)	<u>58.500\$00</u>

365.789\$00

Ministério da Justiça

Capítulo 3.º, artigo 33.º, n.º 1), alínea a)	10.000\$00
Capítulo 5.º, artigo 84.º, n.º 3)	<u>3.000\$00</u>

13.000\$00

Ministério da Marinha

Capítulo 4.º, artigo 31.º, n.º 1)	6.000\$00
---	-----------

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Capítulo 3.º, artigo 19.º, n.º 1)	100.000\$00
Capítulo 3.º, artigo 29.º, n.º 1)	50.000\$00
Capítulo 4.º, artigo 38.º, n.º 1)	<u>400.000\$00</u>
Capítulo 4.º, artigo 42.º, n.º 1)	50.000\$00
Capítulo 6.º, artigo 47.º	<u>30.000\$00</u>

630.000\$00

Ministério da Educação Nacional

Capítulo 3.º, artigo 342.º, n.º 1)	101.250\$00
Capítulo 5.º, artigo 778.º, n.º 2) «Escola Industrial e Comercial de Guimarães»	<u>180\$00</u>
Capítulo 5.º, artigo 779.º, n.º 3) «Escola Industrial e Comercial Campos Melo, na Covilhã»	<u>420\$00</u>
	<u>101.850\$00</u>
	<u>5.678.187\$00</u>

Art. 4.º Às verbas dos n.ºs 1) e 2) do artigo 97.º, capítulo 5.º, do orçamento vigente do Ministério da Economia, reforçadas respectivamente com 30.000\$ e 14.548\$ por força do artigo 2.º deste decreto, são apostas as seguintes observações:

Observação (c) à verba do n.º 1) do artigo 97.º:

Esta verba inclui a importância de 30.000\$, com contrapartida em receita na classe «Reembolsos e reposições», destinada ao pessoal da Circunscrição Florestal de Ponta Delgada.

Observação (d) à verba do n.º 2) do artigo 97.º:

Esta verba inclui a importância de 14.548\$, com contrapartida em receita na classe «Reembolsos e reposições», destinada ao pessoal da Circunscrição Florestal de Ponta Delgada.

Estas correções orçamentais foram registadas na Direcção-Geral da Contabilidade Pública, nos termos do § único do artigo 36.º e nos da parte final do artigo 37.º do Decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o aludido § único do artigo 36.º do Decreto n.º 18:381.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Agosto de 1949.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancella de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.

Decreto n.º 37:512

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, no artigo 37.º do Decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 33:538, de 21 de Fevereiro de 1944, nas alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 35.º do referido Decreto n.º 18:381, no artigo 2.º e seu § único do Decreto-Lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, em execução do Decreto n.º 37:312, de 19 de Fevereiro de 1949, mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e nos do aludido artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São transferidas as importâncias adiante indicadas dentro dos orçamentos dos seguintes Ministérios:

Ministério das Finanças

Do capítulo 7.º, artigo 108.º, n.º 1) «Pensões» —	600.000\$00
Do capítulo 7.º, artigo 108.º, n.º 7) «Empregados reformados»	<u>300.000\$00</u>
Para o capítulo 7.º, artigo 108.º, n.º 7) «Subsídios à Caixa Geral de Aposentações», alínea a)	
«Para pagamento de aposentações ou reformas de funcionários civis»	<u>+ 900.000\$00</u>
Do capítulo 13.º, artigo 243.º, n.º 3) «Rectificações, renovação, substituição da cópia por qualquer outro motivo e encadernação de matrizes» —	<u>30.000\$00</u>
Para o capítulo 13.º, artigo 240.º, n.º 1) «Correios e telegrafos»	<u>+ 30.000\$00</u>

Ministério da Marinha

Do capítulo 4.º, artigo 137.º, n.º 1) «De imóveis», alínea a) «Dragagens de canais de acesso, etc.	<u>100.000\$00</u>
--	--------------------